

Conversão da dívida só para os juros não pagos

A conversão de dívida externa em investimento deverá se restringir à parcela do endividamento representada por juros que não foram pagos. Pelo menos numa primeira fase, não deverá ser estimulada a conversão de parte do principal porque o problema maior dos próximos anos será a renegociação dos valores representados pelos juros.

Essa é a posição de uma forte corrente do governo, integrada pelo vice-presidente da área internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, que viaja hoje à noite com a equipe formada pelo ministro da Fazenda, Bresser Peres, para reiniciar a renegociação da dívida. Ontem, durante almoço promovido pelo Forex Club, entidade que reúne executivos de área externa e câmbio de instituições associadas à Federação Nacional de Bancos, Moura da Silva disse que existe aproximadamente US\$ 4 bilhões de juros vencidos nos últimos três anos, que teoricamente poderiam ser convertidos em investimento.

Esse processo deverá ser, porém, implantado com muito cuidado, para evitar pressões na base monetária. O vice-presidente do BB considera que o ritmo de conversão deveria se manter inicialmente em US\$ 1 bilhão por ano, orientado para a dívida do setor privado.

Há uma série de motivos apontados por Moura da Silva para justificar a conversão, preferencialmente, da dívida do setor privado. A conversão no segmento do setor público sig-

nificaria que os bancos estariam financiando o balanço de pagamentos e não projetos de desenvolvimento no setor produtivo.

DÍVIDA INTERNA

O principal motivo está, porém, relacionado à política monetária. A dívida pública interna, que em 1981 representava cerca de 24% do Produto Nacional Bruto, atinge hoje cerca de 50%, e o governo está interessado em reduzir os custos de seu financiamento. "E hoje a forma mais barata de financiar a dívida pública é a colocação de Letra do Banco Central, que tem um custo zero", disse o presidente do BB.

Parte da dívida pública é representada por depósitos feitos pelo setor privado para pagamento de dívida externa e que não foram remetidos pelo BC nos últimos três anos. "Se for feita a conversão de dívida do setor privado, o governo perderá essa fonte de recursos para financiar a dívida pública e irá buscar no mercado, mediante colocação de LBC, recursos a custo zero."

Assim, o limite para o montante de recursos que poderá ser convertido por ano será definido pela capacidade de reciclagem da dívida pública. Moura da Silva esclareceu que o governo deverá adotar mecanismos flexíveis de conversão, que permitam inclusive a substituição do principal por investimentos mas, nesse caso, poderá ser exigida uma contrapartida de capital novo ou um deságio no valor do principal.